



BOLETIM INFORMATIVO CONSELHEIRA RITA SERRANO

CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO DA CAIXA
ANO 1 – SETEMBRO – EDIÇÃO 9

Conselheira questiona PEC que libera recursos do Orçamento sem passar pela Caixa

Projeto impede controle de obras pelo banco e acaba com obrigatoriedade de investimentos em áreas como saúde, educação e infraestrutura

O Senado deve discutir em breve a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 61/2015. O projeto autoriza prefeitos e governadores a gastar recursos de emendas parlamentares individuais como quiserem, inclusive com o pagamento de salários de servidores - atualmente, essas emendas são destinadas obrigatoriamente a investimentos ou convênios nas áreas de saúde, educação e infraestrutura. Além disso, se aprovada, a PEC retira da Caixa o repasse de recursos do Orçamento Geral da União (OGU), cuja gestão mantém desde 1996. Representantes dos empregados do banco já se posicionaram contra a alteração.

Hoje a Caixa atua como mandatária da União, sendo contratada pelos

ministérios gestores dos programas do governo federal para viabilizar a implementação das políticas públicas por meio de contratos de repasse e termos de compromisso. Assim, atua também como importante ferramenta para evitar o superfaturamento de obras. A aprovação da PEC fará com que recursos do Orçamento Geral da União deixem de ser acompanhados pela Caixa ou auditados por órgãos como CGU e TCU, ampliando o risco de ocorrência de obras “fantasmas”. Senadores e deputados poderão direcionar recursos da União diretamente ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) ou ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

“O trabalho da Caixa nesse processo é fundamental e assegura viabilidade

técnica e orçamentária, além do controle de uma execução compatível. Não há como flexibilizar essa atuação”, destaca a representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa, Rita Serrano, lembrando que os recursos repassados aos entes são depositados em contas do banco e ficam bloqueados (aplicados) até sua utilização e, se a PEC for aprovada, haverá significativa redução ou extinção da tramitação desses recursos pela instituição. A conselheira e a Fenae, por intermédio de seu presidente, Jair Ferreira, já realizam gestões contra a aprovação da PEC, participando de reuniões sobre o tema e enviando comunicação aos senadores para solicitar apoio.

Além de acabar com a obrigatoriedade dos investimentos em setores fundamentais, a aprovação da proposta poderá reduzir ou mesmo extinguir postos de trabalho no banco. Atualmente, a Caixa conta com corpo técnico próprio com 2.200

engenheiros e arquitetos (cerca de 1.100 voltados para acompanhar obras públicas), somados a técnicos sociais, advogados e analistas operacionais que atuam nesse processo. “Os empregados da Caixa também podem e devem se manifestar, encaminhando e-mails aos senadores para que votem contra a aprovação dessa PEC”, afirma a conselheira. Os endereços de e-mails estão disponíveis em: http://www.senado.leg.br/transparencia/LAI/secrh/parla_inter.pdf

A matéria está pronta para votação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), com parecer da relatora, senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), com voto favorável à Emenda de Plenário nº 4, na forma da subemenda que apresenta, e contrário às Emendas de Plenário nºs 2, 3 e 5 (veja detalhes no link: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4199064&\disposition=inline>).